


REGIÃO OFICIAL, REGIÃO VIVIDA: A AMCESPAR E A INVENÇÃO DO “CENTRO-SUL” DO PARANÁ**OFFICIAL REGION, LIVED REGION: AMCESPAR AND THE INVENTION OF PARANÁ’S “CENTER-SOUTH”****RÉGION OFFICIELLE, RÉGION VÉCUE: L’AMCESPAR ET L’INVENTION DU « CENTRE-SUD » DU PARANÁ** 10.56238/revgeov17n1-139**Zaqueu Luiz Bobato**

Doutor em Geografia

Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR)

E-mail: zaqueudegeo@gmail.comOrcid: <https://orcid.org/0009-0003-0961-3137>CV: <http://lattes.cnpq.br/5235800310517088>**RESUMO**

O artigo analisa a denominação “Centro-Sul do Paraná”, apropriada pela Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná (AMCESPAR) e amplamente difundida por atores midiáticos e institucionais, à luz das regionalizações oficiais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). A partir de uma abordagem histórico-geográfica e crítica, fundamentada no debate sobre região como categoria analítica, recorte institucional e região vivida, reconstrói-se a evolução das divisões regionais do IBGE para o Paraná entre 1942 e 2017 (Zonas Fisiográficas, Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas e Geográficas, Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias), articulando-as à regionalização estadual definida pela Lei n.º 15.825/2008. Metodologicamente, combinam-se análise documental e cartográfica comparativa com levantamento de usos midiáticos e institucionais da expressão “Centro-Sul do Paraná” nos dez municípios consorciados. Os resultados mostram que, em todas as malhas regionais examinadas, o território da AMCESPAR é inscrito em diferentes unidades oficiais, mas nunca como uma região coesa denominada “Centro-Sul do Paraná”, configurando um artefato político-identitário transversal às regionalizações federais e estaduais. O artigo explicita o equívoco de localização regional associado ao uso acrítico da expressão, ao mesmo tempo em que reconhece a legitimidade da região vivida, e propõe orientações para a apresentação rigorosa da localização regional dos municípios da AMCESPAR em trabalhos acadêmicos, relatórios técnicos e documentos institucionais.

Palavras-chave: Regionalizações Oficiais do IBGE. Identidade Territorial. Consórcios Intermunicipais. Denominações Político-Identitárias.

ABSTRACT

This article examines the designation “Center-South of Paraná”, appropriated by the Association of Municipalities of the Center-South of Paraná (AMCESPAR) and widely disseminated by media and institutional actors, in light of the official regionalization schemes produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Paraná Institute for Economic and Social Development (IPARDES). Drawing on a critical, historical-geographical approach grounded in debates on region as an analytical category, an institutional delineation, and a lived region, the study reconstructs the evolution of IBGE’s regional divisions for Paraná between 1942 and 2017 (Physiographic Zones; Homogeneous and Geographic Mesoregions and Microregions; Immediate and Intermediate Geographic Regions), relating them to the state-level regionalization established by State Law No. 15,825/2008. Methodologically, documentary research and comparative cartographic analysis are combined with a survey of media and institutional uses of the expression “Center-South of Paraná” across the ten member municipalities. The results show that, in all regional grids examined, AMCESPAR’s territory is assigned to different official units, but never as a cohesive region officially named “Center-South of Paraná”, thus constituting a political-identity artefact that cuts across federal and state regionalizations. The article clarifies the regional location mismatch associated with the uncritical use of the expression, while recognizing the legitimacy of the lived region, and proposes guidelines for rigorously presenting the regional location of AMCESPAR municipalities in academic works, technical reports, and institutional documents.

Keywords: IBGE Official Regionalizations. Territorial Identity. Intermunicipal Consortia. Political-Identitarian Designations.

RESUMEN

Le présent article analyse la dénomination « Centre-Sud du Paraná », appropriée par l’Association des municipalités du Centre-Sud du Paraná (AMCESPAR) et largement diffusée par des acteurs médiatiques et institutionnels, à la lumière des schémas officiels de régionalisation produits par l’Institut brésilien de géographie et de statistique (IBGE) et par l’Institut paranaense de développement économique et social (IPARDES). À partir d’une approche historico-géographique et critique, fondée sur le débat autour de la région comme catégorie analytique, découpage institutionnel et région vécue, l’étude reconstitue l’évolution des divisions régionales de l’IBGE appliquées au Paraná entre 1942 et 2017 (Zones physiographiques ; méso- et microrégions homogènes et géographiques ; régions géographiques immédiates et intermédiaires), en les articulant à la régionalisation à l’échelle de l’État définie par la loi n° 15.825/2008. Sur le plan méthodologique, l’analyse documentaire et cartographique comparative est combinée à un recensement des usages médiatiques et institutionnels de l’expression « Centre-Sud du Paraná » dans les dix municipalités membres. Les résultats montrent que, dans toutes les mailles régionales examinées, le territoire de l’AMCESPAR est inscrit dans différentes unités officielles, sans jamais constituer une région cohérente officiellement dénommée « Centre-Sud du Paraná », configurant ainsi un artefact politico-identitaire transversal aux régionalisations fédérales et étatiques. L’article explicite le décalage de localisation régionale associé à l’usage acritique de l’expression, tout en reconnaissant la légitimité de la région vécue, et propose des orientations pour une présentation rigoureuse de la localisation régionale des municipalités de l’AMCESPAR dans les travaux académiques, les rapports techniques et les documents institutionnels.

Palabras clave: Régionalisations Officielles de L’ibge. Identité Territoriale. Consortia Intermunicipaux. Dénominations Politico-Identitaires.

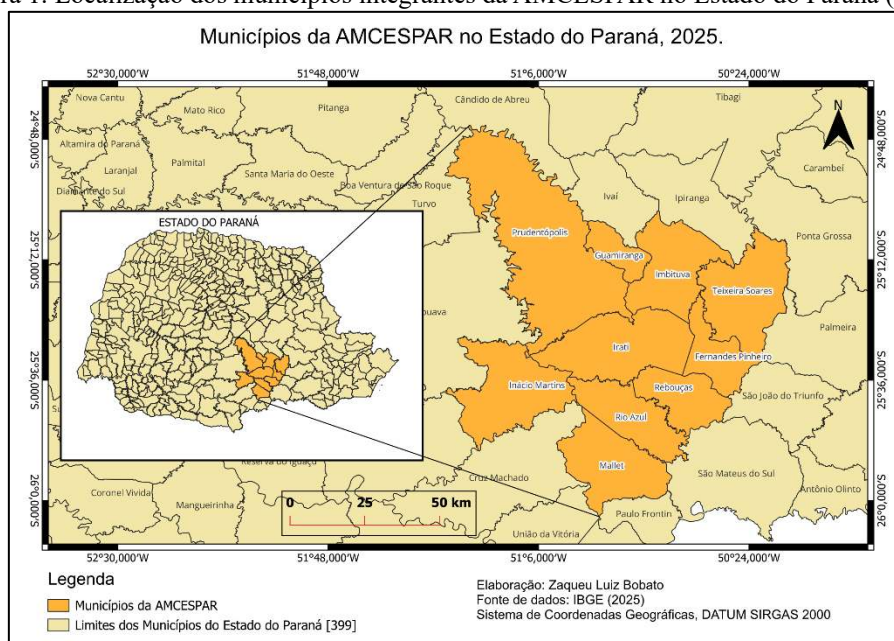
1 INTRODUÇÃO

No caso brasileiro, as divisões regionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao longo do século XX e início do XXI conformaram uma verdadeira gramática espacial do território nacional, servindo de base para a produção de estatísticas, para o planejamento estatal e para a circulação social de “nomes de região”. Em chave conceitual, tais divisões podem ser lidas, em sintonia com Corrêa ([1986]/2000), como formas específicas de organização espacial da sociedade.

No Paraná, as sucessivas propostas do IBGE (das Zonas Fisiográficas às Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, passando por Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas e Geográficas) reordenaram modos de ler o território e de estruturar políticas e diagnósticos. Em paralelo, outros atores (associações intermunicipais, consórcios, entidades de classe, mídia e agentes econômicos) produzem denominações regionais com finalidades diversas (identidade, visibilidade, atração de investimentos e reivindicação de políticas), que nem sempre coincidem com as regionalizações oficiais, podendo reforçá-las, tensioná-las ou contrapor-se a elas.

É nessa interface entre regionalizações oficiais e denominações político-identitárias que se insere este artigo, centrado na expressão “Centro-Sul do Paraná” mobilizada pela Associação dos Municípios do “Centro-Sul” do Paraná (AMCESPAR).

Figura 1. Localização dos municípios integrantes da AMCESPAR no Estado do Paraná (2025).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados cartográficos do IBGE e informações institucionais da AMCESPAR (2025).

A Figura 1 localiza os dez municípios que compõem a AMCESPAR em 2025¹ (Irati, Imbituva,

¹ Embora a Figura 1 represente a composição municipal atual (2025), parte da análise recua a regionalizações anteriores (1942, 1960, 1968, 1976 e 1990), quando alguns municípios ainda não existiam como unidades político-administrativas. Guariranga figurava como distrito de Imbituva e foi desmembrado e elevado à categoria de município pela Lei estadual



Inácio Martins, Prudentópolis, Guamiranga, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Rio Azul, Rebouças e Mallet). Fundada em 25 de março de 1983, a associação consolidou-se como entidade microrregional de cooperação intermunicipal e, gradativamente, a denominação “Centro-Sul do Paraná” passou a circular em rádios, jornais, portais, documentos públicos e textos acadêmicos, muitas vezes como se designasse uma “região oficial” de contornos inequívocos. O problema é que, nas divisões oficiais, a regionalização mesorregional do IBGE (1990) e sua adaptação na regionalização estadual do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) indicam distribuição distinta: apenas Inácio Martins integra a mesorregião Centro-Sul Paranaense, ao passo que os demais municípios se inserem na Mesorregião Sudeste Paranaense. Esse desencontro não é apenas semântico: ele interfere na forma de localizar e interpretar a área, produzindo generalizações e deslocamentos analíticos sobre trajetórias histórico-geográficas e configurações urbano-regionais dos municípios consorciados.

Diante disso, o artigo tem por objetivo analisar a denominação “Centro-Sul do Paraná” difundida pela AMCESPAR e pela mídia local, discutindo sentidos, alcances e limites à luz das regionalizações do IBGE e do IPARDES e, em desdobramento propositivo, sistematizar orientações para a apresentação da localização regional dos municípios da AMCESPAR em diferentes contextos de uso (trabalhos acadêmicos, relatórios técnicos, documentos públicos e discursos institucionais). Em perspectiva mais ampla, o debate dialoga com a crítica de Fajardo (2013) sobre equívocos no uso da divisão regional oficial no Paraná, aqui focalizada em um recorte microrregional.

Parte-se do pressuposto de que a região é, simultaneamente, conceito analítico, construção histórica e categoria de prática (Gomes, [1995]/2008), podendo ser entendida também como “artefato” que transita entre o plano analítico e as práticas sociais (Haesbaert, 2010) e, ainda, como instrumento historicamente mobilizado para ação e controle do território (Corrêa, [1986]/2000). Assim, nomes regionais não são neutros: materializam disputas de sentido, projetos e estratégias de visibilidade, o que torna necessário explicitar, de modo rigoroso, as relações (e fricções) entre região oficial e região enunciada.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa articula investigação documental, análise cartográfica comparativa e levantamento de usos midiáticos e institucionais da expressão “Centro-Sul do Paraná”, tomando regionalizações oficiais, regionalizações estaduais de planejamento e denominações locais como formas distintas (e

n.º 11.203, de 16 nov. 1995; Fernandes Pinheiro figurava como distrito de Teixeira Soares e foi desmembrado e elevado à categoria de município pela Lei estadual n.º 11.266, de 21 dez. 1995. Para preservar a coerência histórico-administrativa, nas leituras das malhas de 1968–1990 tais áreas são consideradas conforme os municípios de origem. Registra-se, ainda, que antes da criação/instalação de Inácio Martins a área atualmente correspondente ao município integrava Guarapuava (com a denominação histórica de Guarapuavinha): o município foi criado pela Lei estadual n.º 4.245, de 25 jul. 1960, e instalado em 25 nov. 1961; por isso, nas malhas anteriores (1942 e 1960) essa área é tratada conforme o município de origem, enquanto nas malhas posteriores (1968 em diante) já aparece como unidade municipal.



inter-relacionadas) de construir regiões e disputar sentidos sobre o território. O procedimento inclui, como produto aplicado, a sistematização de orientações para enunciar a localização regional dos municípios da AMCESPAR conforme o contexto de uso.

Em primeiro lugar, realizou-se levantamento das regionalizações do IBGE, identificando como o Paraná foi recortado em cada proposta e a posição ocupada, nelas, pelos municípios hoje integrantes da AMCESPAR. A análise concentrou-se nas Zonas Fisiográficas, nas Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas (1968 e 1976), nas Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1990) e nas Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (2017), com apoio na síntese do IBGE (IBGE, 2017b). O tratamento cartográfico foi realizado no QGIS (QGIS.org, 2025), com *shapefiles* oficiais do IBGE e do IPARDES, resultando nos mapas temáticos do artigo (Figuras 1 a 9), que destacam sistematicamente o Estado e, em particular, os municípios consorciados.

Em segundo lugar, examinaram-se as regionalizações estaduais de planejamento do IPARDES, com destaque para a regionalização instituída pela Lei Estadual n.º 15.825/2008, analisando texto legal, cartografia e documentos técnicos, de modo a posicionar a AMCESPAR nas “Regiões Geográficas do Paraná” e explicitar convergências e desencontros entre o recorte estadual e a denominação “Centro-Sul do Paraná”.

Em terceiro lugar, realizou-se análise documental da AMCESPAR (Estatuto, histórico, objetivos, atos e materiais de divulgação), bem como informações do sítio institucional, observando como a associação se apresenta e incorpora a denominação regional em seu discurso (AMCESPAR, 1983; AMCESPAR, 2025a; AMCESPAR, 2025b), em diálogo (ou fricção) com regionalizações oficiais.

Complementarmente, procedeu-se a levantamento exploratório em rádios, jornais, portais e canais institucionais dos municípios e do governo estadual, para identificar ocorrências do termo em notícias, *releases* e normativas. Desse *corpus*, organizaram-se dois quadros: (i) Quadro 1, com um exemplo rastreável por município (referência completa e link), assegurando verificabilidade; (ii) Quadro 2, com atores institucionais e midiáticos regionais sediados em Irati que difundem “Centro-Sul do Paraná” como marca identitária.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A REGIÃO NA GEOGRAFIA: DA NATURALIZAÇÃO À LEITURA SOCIOESPACIAL

A região, entendida aqui como conceito geográfico, ocupa lugar central na história da Geografia, tanto na constituição do pensamento geográfico quanto na prática de recortes estatais do território. Trata-se, como enfatizam Corrêa ([1986]/2000) e Cunha (2000), de um conceito complexo e intelectualmente produzido, sempre referido à diferenciação de áreas e à construção de recortes espaciais dotados de relativa coerência interna. Para Cunha (2000), a retomada da região como



categoria analítica ganha renovada relevância no contexto da globalização, marcado pelo embate entre tendências de homogeneização e de fragmentação, o que recoloca o conceito no plano teórico-metodológico e prático-operacional, inclusive no campo do planejamento.

Na tradição clássica, especialmente em Vidal de La Blache ([1921]/1954), a região foi concebida como unidade diferenciada da superfície terrestre, resultante de uma síntese relativamente estável entre quadro natural e modos de vida. Nessa perspectiva, prevalecia a busca de homogeneidades, o que favorecia a naturalização do recorte regional como se fosse um “dado” prévio à ação social. Gomes ([1995]/2008) identifica nessa herança a ênfase na estabilidade e na homogeneidade dos quadros regionais, ao passo que Cunha (2000), dialogando com Gomes ([1995]/2008), chama atenção para a dimensão histórica e política do próprio conceito: desde sua origem ligada à administração e ao controle (em tensões entre centro e periferias), a região não se reduz a descrição natural, pois se vincula ao exercício do poder e à ordenação do território.

No caso brasileiro, essa tradição foi apropriada e reelaborada antes mesmo da institucionalização das regionalizações oficiais. Reformas curriculares como a conduzida por Delgado de Carvalho, no Colégio Pedro II (anos 1920), difundiram a divisão do País em grandes “regiões naturais”, baseada em combinações de clima, relevo, vegetação e bacias hidrográficas, contribuindo para um imaginário nacional sobre o território (Rocha, 2000). Outras propostas do início do século XX também privilegiavam a homogeneidade físico-natural como critério, com variações no número e na denominação das regiões. As Zonas Fisiográficas do IBGE, instituídas em 1942, sistematizam e oficializam esse legado, ao estabelecer uma regionalização nacional que dialoga diretamente com tal matriz (IBGE, 1942).

A partir de meados do século XX, porém, essa leitura passou a ser questionada, sobretudo com a ampliação do diálogo com a crítica marxista e com interpretações históricas das formações sociais. No contexto brasileiro, Moraes ([1988]/2022) e Santos (1996) encaminham a ideia de que não há região sem processos sociais que a produzam: o espaço regional expressa divisão territorial do trabalho, formas de apropriação da natureza e estratégias de agentes diversos, sendo atravessado por relações de poder. Nessa inflexão, a região deixa de ser “quadro natural” para ser entendida como construção histórica e socioespacial. Ao mesmo tempo, Cunha (2000) adverte para riscos analíticos em abordagens totalizantes, seja o aprisionamento na escala regional, seja a subordinação da leitura regional à escala planetária, defendendo uma perspectiva que articule escalas e reconheça a pluralidade de determinações no contexto da globalização.

No debate contemporâneo, essa problematização se aprofunda com perspectivas que enfatizam relacionalidade e multiescalaridade. Lencioni ([1999]/2009) destaca que a região não deve ser pensada como fragmento estanque, mas como momento de uma totalidade espacial atravessada por fluxos e redes. Haesbaert (2010), ao revisitar as sucessivas “mortes” da região, sustenta que os impasses não



implicam abandono do conceito, e sim sua redefinição frente à globalização e aos novos processos de regionalização. Em continuidade, Haesbaert (2004, 2010) sublinha a sobreposição de experiências espaciais: regiões e territórios se reconfiguram por desterritorializações e reterritorializações, migrações, políticas públicas e estratégias empresariais, de modo que sujeitos podem articular pertencimentos múltiplos e, por vezes, contraditórios.

Esse percurso permite diferenciar três planos articulados na discussão regional. Primeiro, a região como **categoria analítica**, mobilizada para interpretar diferenciações espaciais e formas de organização do espaço (Corrêa, [1986]/2000; Gomes, [1995]/2008). Segundo, a região como **recorte institucionalizado**, produzido por órgãos estatais e instituições de pesquisa para organizar estatísticas e políticas públicas. Terceiro, a região como **categoria de prática**, isto é, como nome e referência identitária mobilizados por sujeitos e coletivos em estratégias de reconhecimento, visibilidade e reivindicação. Em termos próximos aos de Haesbaert (2010), esses planos se imbricam como dimensões de um “arte-fato regional”, na medida em que a região circula entre o campo científico, o institucional e o cotidiano, sendo apropriada por diferentes atores.

Quando a região vivida é conscientemente ativada em estratégias de representação pública e disputa por recursos, denomina-se aqui tal construção como **região político-identitária**. Essa chave dialoga com a compreensão da região como produto de relações de poder (Santos, 1996; Moraes, [1988]/2022), com a noção de pertencimentos regionais múltiplos e projetos em disputa (Haesbaert, 2004, 2010) e com a ideia de circulação da categoria entre ciência, instituições e vida social (Gomes, [1995]/2008). Ao mesmo tempo, acompanha-se a advertência de Cunha (2000) de que noções de região no senso comum constituem conhecimento não intelectual, mas não destituído de valor explicativo: podem registrar percepções pertinentes e, por isso, não devem ser descartadas, e sim confrontadas criticamente com delimitações analíticas e institucionais. Nesse sentido, ainda que o território seja decisivo para explicitar relações de poder, concorda-se com Cunha (2000) quanto à permanência do conceito de região como categoria abrangente para apreender, conjuntamente, diferenciações socioespaciais, coesões internas e jogos escalares.

É precisamente na tensão entre esses três planos (categoria analítica, recorte institucional e região vivida) que se insere o problema das denominações regionais no Paraná. Disputas em torno de nomes como “Centro-Sul do Paraná”, “Sudeste Paranaense”, “Campos Gerais” ou “Norte Pioneiro” revelam que a região não é apenas dado cartográfico, mas campo de disputa simbólica e política, no qual diferentes atores procuram legitimar versões do território. É nesse contexto que ganham sentido as regionalizações oficiais do IBGE, as regionalizações de planejamento e as denominações político-identitárias mobilizadas por associações intermunicipais, entre as quais se insere a AMCESPAR, retomada ao longo do artigo como estudo de caso para discutir desencontros entre região oficial e região vivida no Paraná.

3.2 REGIÕES OFICIAIS, REGIÕES DE PLANEJAMENTO E REGIÕES VIVIDAS

As divisões regionais produzidas pelo IBGE ao longo do século XX e início do XXI constituem um observatório privilegiado de como o Estado brasileiro recorta o território para fins de descrição estatística, leitura do espaço e planejamento. A passagem das Zonas Fisiográficas às Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas, destas às Mesorregiões e Microrregiões Geográficas e, por fim, às Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias expressa mudanças na própria racionalidade de regionalização, apoiadas em combinações variáveis de critérios físicos, demográficos, econômicos e funcionais (Contel, 2014; Fabiane, 2022). No caso do Paraná, como será detalhado na Seção 4, esses deslocamentos reconfiguram a forma de inscrever o Estado na gramática regional do País e, portanto, condicionam a comparabilidade de indicadores e a linguagem utilizada em diagnósticos e documentos públicos. Retomando Cunha (2000), a região deve ser entendida também como instrumento prático-operacional: ela organiza a ação de planejadores, gestores e atores institucionais, razão pela qual importa analisar como tais regionalizações são apropriadas, ou indevidamente simplificadas, em diferentes arenas.

Entretanto, as regiões oficiais não esgotam a produção social de regiões. Ao lado delas, multiplicam-se regionalizações paralelas e recortes setoriais elaborados por instituições estaduais, consórcios intermunicipais e agências de desenvolvimento, que reinterpretam, ajustam ou contrapõem os recortes do IBGE conforme finalidades específicas. No Paraná, esse quadro inclui, entre outros, a regionalização de planejamento do IPARDES, regiões turísticas, regiões de saúde, regiões metropolitanas e regiões de desenvolvimento, que operam como dispositivos de gestão e de visibilidade territorial, nem sempre coincidentes entre si.

Nesse cenário, denominações regionais historicamente construídas circulam simultaneamente em registros oficiais, discursos de planejamento e narrativas identitárias. Termos como “Norte Pioneiro”, “Sudoeste do Paraná” e “Campos Gerais” foram institucionalizados em diferentes graus (inclusive como nomenclatura de Mesorregiões do IBGE) e, ao mesmo tempo, funcionam como rótulos de pertencimento e de *marketing* territorial. Outros, como “Centro-Sul do Paraná” e “Vale do Iguaçu”, emergem com maior força a partir de associações de municípios, iniciativas turísticas e mídias regionais, expressando uma dimensão político-identitária da regionalização. Ao examinar esse emaranhado de usos, Fajardo (2013) evidencia que a proliferação de nomes regionais, quando não articulada explicitamente às divisões oficiais, tende a produzir confusões entre regiões estatísticas, regiões de planejamento e rótulos identitários.

Haesbaert (2010) contribui ao mostrar que territórios e regiões são plurais e sobrepostos, resultantes de projetos em disputa; desse modo, regiões oficiais e regiões de planejamento coexistem com regiões vividas e nomeadas por outros atores, compondo um quadro de multirregionalidade. Essa multiplicidade pode gerar ambiguidades e conflitos, mas também abre margem para criatividade



política, ao permitir que coletivos locais redefinem contornos e sentidos de pertencimento a partir de suas experiências e estratégias de representação.

É nessa chave que a denominação “Centro-Sul do Paraná”, adotada pela AMCESPAR e amplamente difundida pela imprensa local, deve ser compreendida como construção político-identitária. Ao nomear-se como “Centro-Sul”, a associação não apenas sugere uma posição no mapa, mas reivindica um lugar nas redes de desenvolvimento, investimentos e políticas públicas, performando uma região vivida que articula municípios com trajetórias parcialmente convergentes, embora, sob a lente das divisões oficiais, pertençam a recortes diferenciados. Essa tensão remete à discussão de Cunha (2000) sobre a importância das noções de região no senso comum: ainda que não coincidam com recortes científicos ou institucionais, elas expressam formas legítimas de conhecimento espacial e identificação territorial, atuando na produção social do espaço. O problema emerge quando a região vivida e enunciada passa a operar como se fosse equivalente à região oficial ou à região de planejamento.

Quando se afirma que a AMCESPAR representa o “Centro-Sul do Paraná”, supõe-se, não raro, a existência de uma macrorregião oficial com esse nome e contornos definidos, o que não corresponde às cartografias oficiais. A discrepância não é apenas técnica: afeta a forma como a área é representada em documentos públicos, influencia leituras comparativas e pode repercutir sobre narrativas e interpretações acerca de desigualdades regionais. É essa tensão entre região vivida, região oficial e região de planejamento que orienta a análise nas seções seguintes, especialmente na Seção 4, tomando a AMCESPAR como estudo de caso.

4 EVOLUÇÃO DAS DIVISÕES REGIONAIS DO IBGE E O LUGAR DO PARANÁ (1942-2017)

As divisões regionais do IBGE, de 1942 a 2017, expressam formas historicamente situadas de classificar e administrar o território, articuladas à própria evolução da configuração político-administrativa brasileira (Guerra, 2011). No Paraná, observa-se a passagem de regionalizações ancoradas em atributos físico-naturais para recortes progressivamente orientados por critérios socioeconômicos e, por fim, por funcionalidades urbano-regionais e fluxos (Contel, 2014; IBGE, 2017a). Para o problema aqui discutido, importa acompanhar como os municípios da AMCESPAR (Figura 1) são sucessivamente inscritos em malhas oficiais distintas, sem que essas malhas constituam, como unidade coesa, uma região oficial denominada “Centro-Sul do Paraná”.

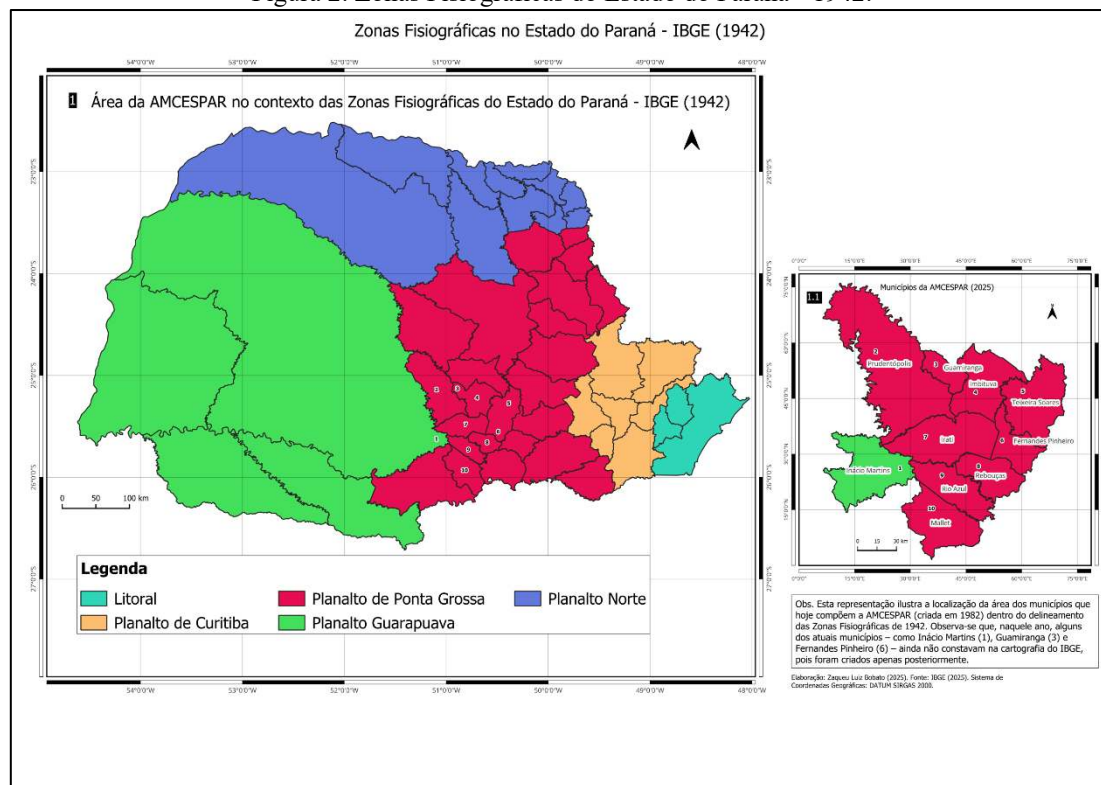
4.1 ZONAS FISIAGRÁFICAS (1942-1960)

Desde a década de 1940, o IBGE sistematiza uma regionalização de forte matriz físico-natural, em sintonia com a noção de “região natural”, na qual a delimitação regional privilegia atributos do



meio físico como critério estruturante (Contel, 2014; IBGE, 1942). No recorte paranaense, a malha de 1942 evidencia que o espaço posteriormente articulado pela AMCESPAR aparece distribuído entre grandes compartimentos fisiográficos, sem individualização nominal compatível com a denominação “Centro-Sul”, o que reforça que tal expressão não deriva dessa primeira gramática oficial.

Figura 2. Zonas Fisiográficas do Estado do Paraná - 1942.



Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (Divisão Regional do Brasil em Zonas Fisiográficas, 1942).

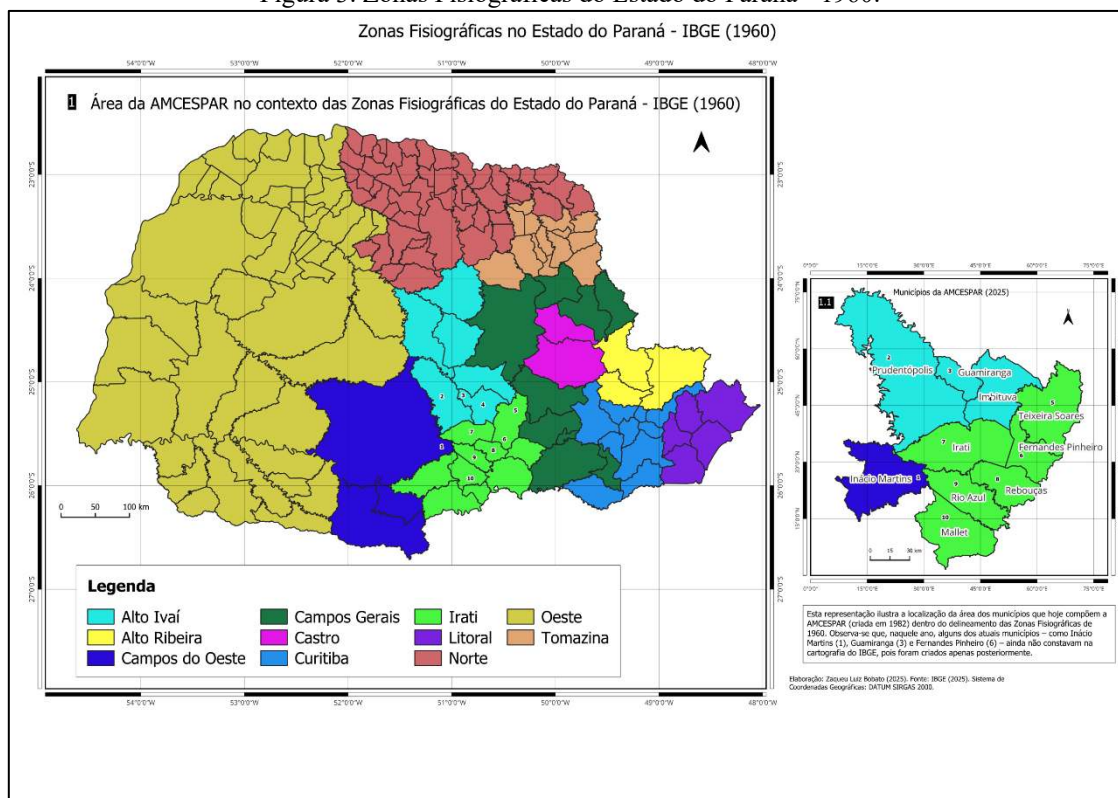
No plano empírico, a leitura da Figura 2 indica que a área hoje consorciada se insere majoritariamente em compartimentos do planalto paranaense, com Inácio Martins apresentando inserção distinta em relação ao núcleo mais oriental da associação. Em termos do argumento do artigo, o ponto central é que a regionalização fisiográfica de 1942 não produz uma unidade oficial equivalente ao “Centro-Sul do Paraná” mobilizado pela AMCESPAR, evidenciando a distância entre nomenclatura oficial e denominações político-identitárias.

4.1.1 Revisão das Zonas Fisiográficas - 1960

Na revisão de 1960, o IBGE aprofunda o detalhamento das Zonas Fisiográficas e amplia o número de unidades, combinando critérios de relevo, solos e coberturas superficiais e associando denominações a feições naturais e/ou referências urbano-regionais (Contel, 2014; Fabiane, 2022; IBGE, 1960). Para o problema aqui discutido, importa destacar que a área da AMCESPAR passa a ser inscrita em um mosaico de zonas, com reforço da centralidade nominal de Irati na malha, sem, contudo, produzir uma unidade chamada “Centro-Sul do Paraná”.



Figura 3. Zonas Fisiográficas do Estado do Paraná - 1960.



Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (Zonas Fisiográficas utilizadas no Censo Demográfico de 1960).

A Figura 3 evidencia que o recorte consorcial se distribui por mais de uma zona fisiográfica, mantendo Inácio Martins como elemento de inserção diferenciada. Analiticamente, essa configuração reforça que o “Centro-Sul” operado pela AMCESPAR não é herança direta da nomenclatura oficial: trata-se de uma denominação posterior, construída como síntese político-identitária sobre um território que, nas malhas físico-naturais, já aparece segmentado.

4.2 MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS (1968-1976)

A passagem das Zonas Fisiográficas para as Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas representa uma inflexão na racionalidade de regionalização do IBGE: o município passa a operar como unidade básica de agregação, com recortes orientados à produção estatística e ao planejamento, articulando variáveis físicas, demográficas e econômicas (IBGE, 1968; IBGE, 1976; Contel, 2014; Fabiane, 2022). No Paraná, essas malhas reposicionam a leitura regional da área hoje consorciada, preparando o contexto institucional sob o qual, em 1983, será criada a AMCESPAR.

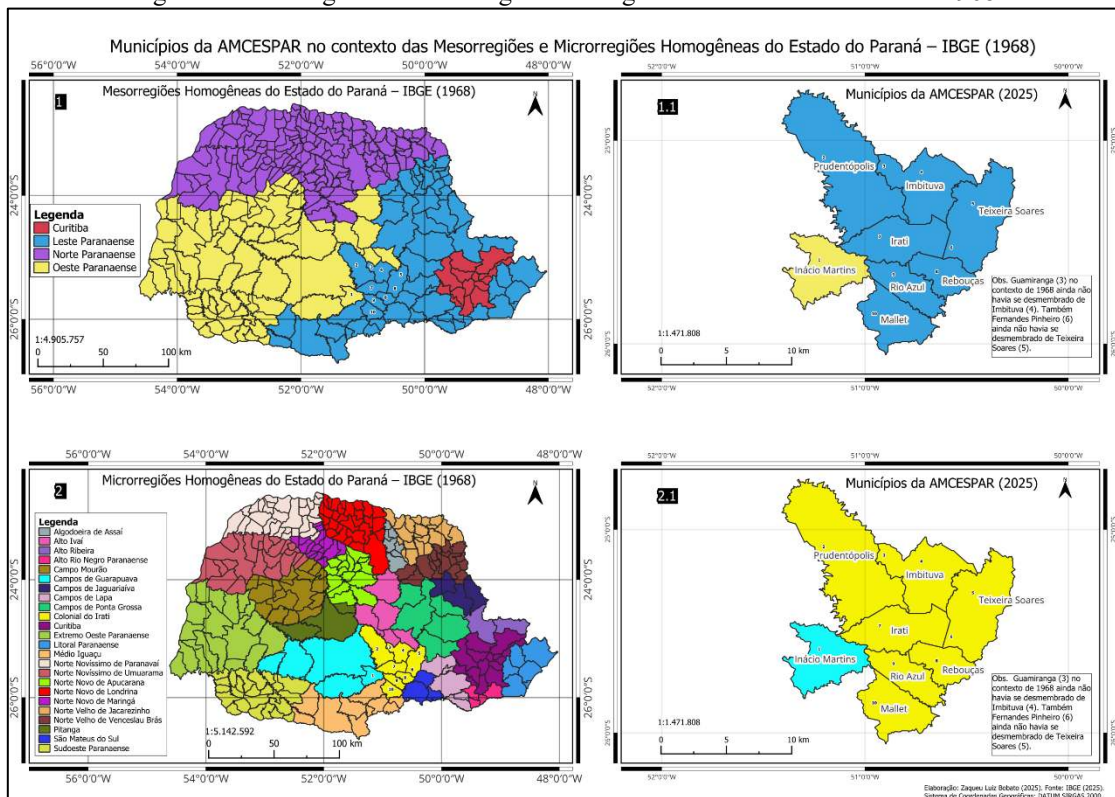
4.2.1 Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas - 1968

A regionalização de 1968 organiza o Estado em grandes Mesorregiões Homogêneas, delimitadas por agregação municipal, produzindo recortes diretamente operacionais para estatística e planejamento (IBGE, 1968). Nessa malha, a maior parte dos municípios da AMCESPAR aparece



vinculada ao grande bloco do Leste Paranaense, sem que daí resulte uma unidade oficial denominada “Centro-Sul do Paraná”.

Figura 4. Mesorregiões e Microrregiões homogêneas do Estado do Paraná - 1968.



Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas, 1968).

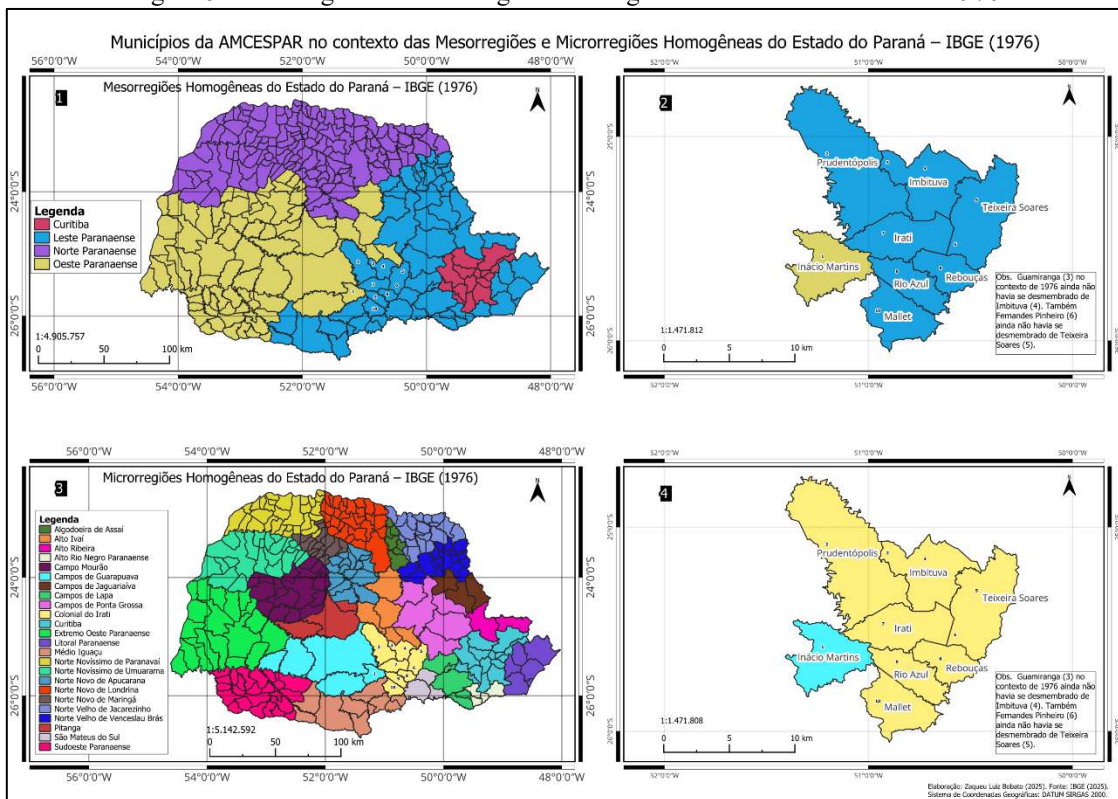
Na escala microrregional, o núcleo do recorte consorcial aparece estruturado pela microrregião Colônia do Irati, enquanto Inácio Martins se aproxima de compartimentos vinculados a Guarapuava, reforçando sua condição liminar em relação ao conjunto. Do ponto de vista do argumento, a malha de 1968 confirma que a associação futura recompõe, sob um nome político-identitário, um espaço que a regionalização oficial distribuiu em unidades de referência distintas.

4.2.2 Revisão das Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas - 1976

A atualização de 1976 preserva a lógica geral da regionalização Homogênea e introduz ajustes, mantendo a estrutura de agregação municipal e a finalidade estatístico-operacional (IBGE, 1976). Para a AMCESPAR, a malha evidencia a permanência de uma inscrição majoritariamente no Leste Paranaense, com Inácio Martins figurando como exceção de enquadramento mesorregional, e a organização microrregional reiterando a centralidade de Irati.



Figura 5. Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas do Estado do Paraná - 1976.



Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (Divisão regional do Brasil em mesorregiões homogêneas: 1976).

Em síntese, as malhas de 1968-1976 oferecem o pano de fundo institucional sob o qual a AMCESPAR é criada (1983), mas não produzem, como unidade oficial, um “Centro-Sul do Paraná”. Ao contrário, evidenciam que a denominação consorcial opera como construção político-identitária sobre uma base territorial que a regionalização oficial recorta de modo assimétrico.

4.3 CRIAÇÃO DA AMCESPAR SOB A VIGÊNCIA DA REGIONALIZAÇÃO DE 1976

A Associação dos Municípios Centro-Sul do Paraná (AMCESPAR) foi fundada em 25 de março de 1983, conforme seu Estatuto (AMCESPAR, 1983), quando as Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas (1968-1976) constituíam o principal referencial oficial para estatísticas e planejamento regional. A associação emerge como arranjo intermunicipal voltado à cooperação administrativa e à defesa de interesses comuns diante de limitações típicas de municípios interioranos, como bases fiscais estreitas e dependência de serviços públicos com restrições de financiamento.

À luz das Figuras 4 e 5, o território atualmente articulado pela AMCESPAR configura um recorte contínuo no Centro-Leste paranaense. Na regionalização Homogênea vigente, esse recorte se distribui, na escala mesorregional, entre o Leste Paranaense (maioria dos municípios) e o Oeste Paranaense (caso de Inácio Martins); na escala microrregional, organiza-se sobretudo em torno da microrregião Colônia do Irati, com a vinculação de Inácio Martins aos Campos de Guarapuava. Apesar dessa assimetria institucional, a associação se sustenta em uma coesão regional vivida, produzida por



fluxos de trabalho, estudo, consumo e acesso a serviços, particularmente referidos aos polos de Irati e Prudentópolis.

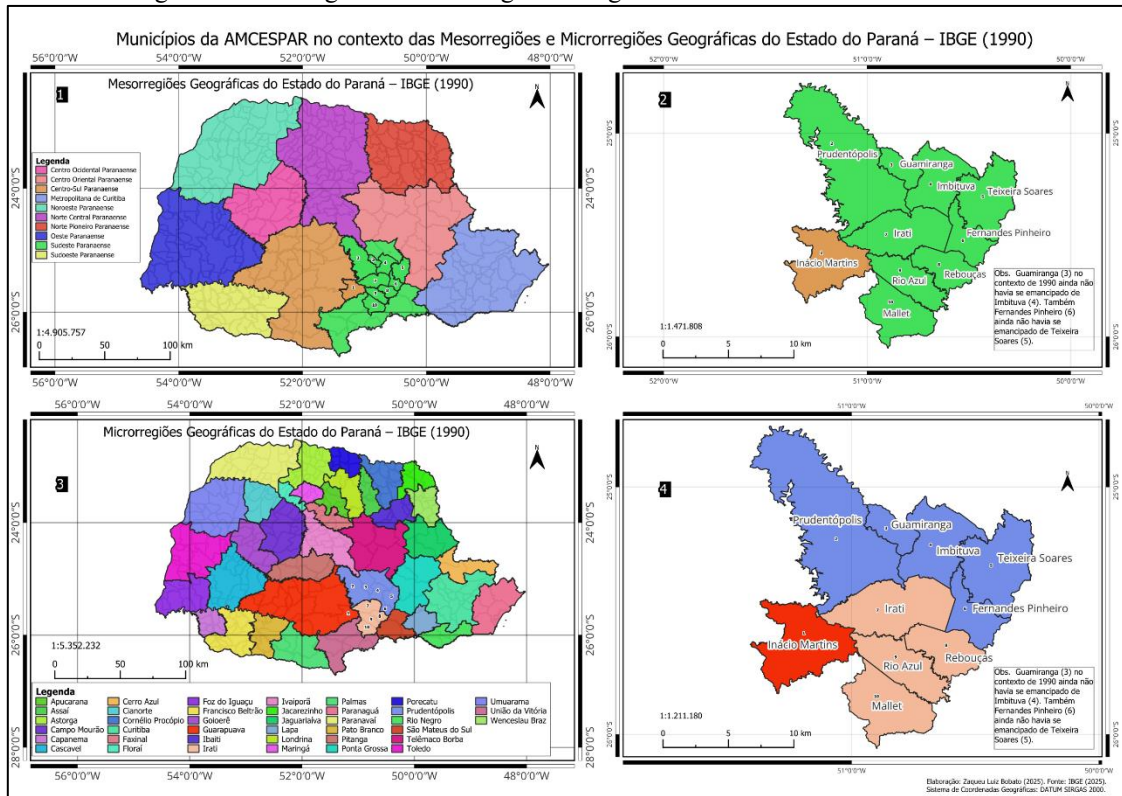
A escolha da denominação “Centro-Sul” é, nesse sentido, politicamente expressiva: funciona como marca de identificação territorial e de posicionamento simbólico no mapa estadual, sem corresponder, naquele momento, a uma unidade oficial do IBGE com tal nomenclatura. Assim, o “Centro-Sul” consorcial se afirma como denominação político-identitária, mais ancorada em experiências e problemas percebidos como compartilhados do que em transposição direta da gramática oficial. Essa defasagem será tensionada nas subseções seguintes, quando o recorte da AMCESPAR for confrontado com a divisão em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1990), com a regionalização estadual do IPARDES (Lei n.º 15.825/2008) e com as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (2017).

4.4 MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS (1990)

A Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1990) representa uma reinterpretação do território à luz da noção de organização do espaço: em vez de privilegiar apenas homogeneidades, o IBGE articula processos sociais, condicionantes naturais, rede de comunicações e fluxos econômicos, em chave mais complexa das relações campo-cidade (IBGE, 1990; Contel, 2014). No Paraná, essa proposta estrutura o Estado em dez Mesorregiões Geográficas, entre as quais figuram, de forma explícita, as denominações Centro-Sul Paranaense e Sudeste Paranaense, inserindo o léxico do “Centro-Sul” na nomenclatura oficial.



Figura 6. Mesorregiões e Microrregiões Geográficas do Estado do Paraná - 1990.



Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, 1990).

A leitura da Figura 6 evidencia o ponto decisivo para este artigo: a Mesorregião Geográfica Centro-Sul Paranaense é um recorte situado mais ao interior do Estado, estruturado por polos como Guarapuava, Pitanga e Palmas. Nesse enquadramento, apenas Inácio Martins, dentre os municípios da AMCESPAR, é classificado como pertencente ao Centro-Sul Paranaense, enquanto os demais se inserem no Sudeste Paranaense. A categoria “Centro-Sul” ingressa, portanto, na gramática do IBGE em 1990, mas com contornos e abrangência que não coincidem com o território consorcial, o que reforça a distância entre regionalização oficial e denominação político-identitária mobilizada pela associação.

Na escala das Microrregiões Geográficas, a mesma Figura 6 (painéis microrregionais) explicita que o recorte consorcial também não constitui uma unidade funcional única: os municípios se distribuem entre três microrregiões: Irati (com municípios do entorno), Prudentópolis (com municípios articulados a esse polo) e Guarapuava (caso de Inácio Martins). Em termos analíticos, esse enquadramento confirma: (i) a AMCESPAR recompõe, sob um único nome, um mosaico de áreas de influência (hinterlands²) de diferentes centros; (ii) a defasagem observada na escala mesorregional se repete na escala microrregional, pois a associação atravessa recortes oficiais distintos, permanecendo majoritariamente vinculada ao Sudeste Paranaense (IBGE, 1990). Assim, a região político-identitária

² Área de influência de um centro urbano, incluindo regiões rurais e outras cidades que fornecem recursos, bens, serviços e mão de obra para a cidade principal.



“Centro-Sul do Paraná” (em uso consorcial desde 1983) se estabelece como construção transversal às regionalizações oficiais, ponto que será aprofundado na comparação com as regionalizações estaduais e com a malha de 2017.

4.5 REGIONALIZAÇÕES ESTADUAIS DO IPARDES E RECORTES DE PLANEJAMENTO

Tomando como referência as divisões federais, o Estado do Paraná, por meio do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), elaborou sua própria regionalização para fins de planejamento. Essa regionalização, consolidada como “Regiões Geográficas do Paraná”, foi atualizada pela Lei Estadual n.º 15.825/2008 (PARANÁ, 2008), que redefiniu o pertencimento de alguns municípios a determinadas regiões³.

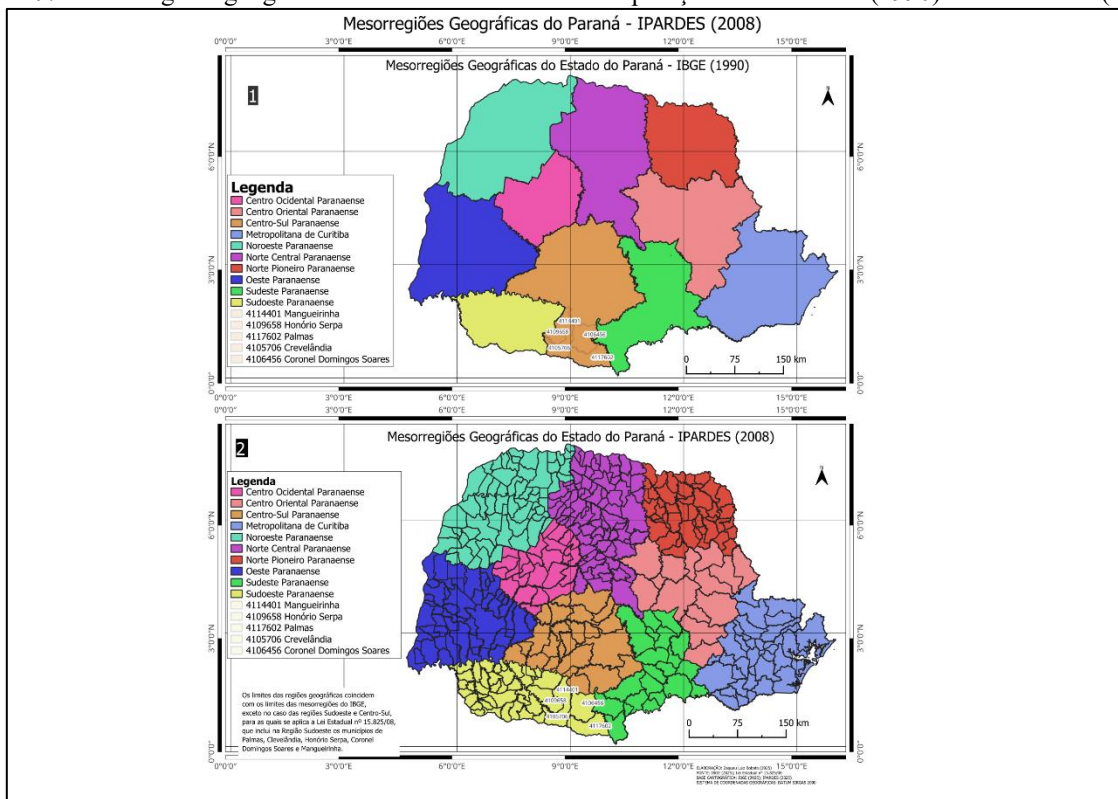
Diferentemente das divisões do IBGE, o IPARDES busca articular continuidade territorial, semelhanças socioeconômicas e circuitos de gestão administrativa do governo estadual, produzindo recortes funcionais voltados à coordenação de políticas públicas em escala regional estável (IPARDES, 2019). O resultado é um mapa de planejamento que mantém afinidade estrutural com as mesorregiões geográficas do IBGE, mas introduz ajustes que revelam a natureza institucional e negociada da regionalização.

A própria Lei n.º 15.825/2008 explicita esse caráter ao “incluir os Municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Manguaçu na Região Sudoeste do Estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do Estado do Paraná”. Na malha do IBGE (1990), esses municípios integravam a Mesorregião Centro-Sul Paranaense, mas, na regionalização estadual, passam à Região Sudoeste, deslocamento que evidencia decisões de natureza político-administrativa, mais do que técnico-estatística, na definição dos contornos regionais.

³ A Lei Estadual n.º 15.825, de 28 maio 2008, oficializou a regionalização de planejamento do IPARDES, fixando dez “Regiões Geográficas do Paraná” e determinando, em seu artigo 1º, a transferência dos municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Manguaçu da Região Centro-Sul para a Região Sudoeste “para todos os efeitos estatísticos dos órgãos públicos do Estado do Paraná”. A comparação entre os mapas do IBGE (1990) e do IPARDES (2008) baseia-se nessa determinação legal. (PARANÁ. Lei n.º 15.825, de 28 maio 2008. Diário Oficial do Estado do Paraná, n.º 7.725, 29 maio 2008.)



Figura 07. Mesorregiões geográficas do Estado do Paraná: comparação entre o IBGE (1990) e o IPARDES (2008).



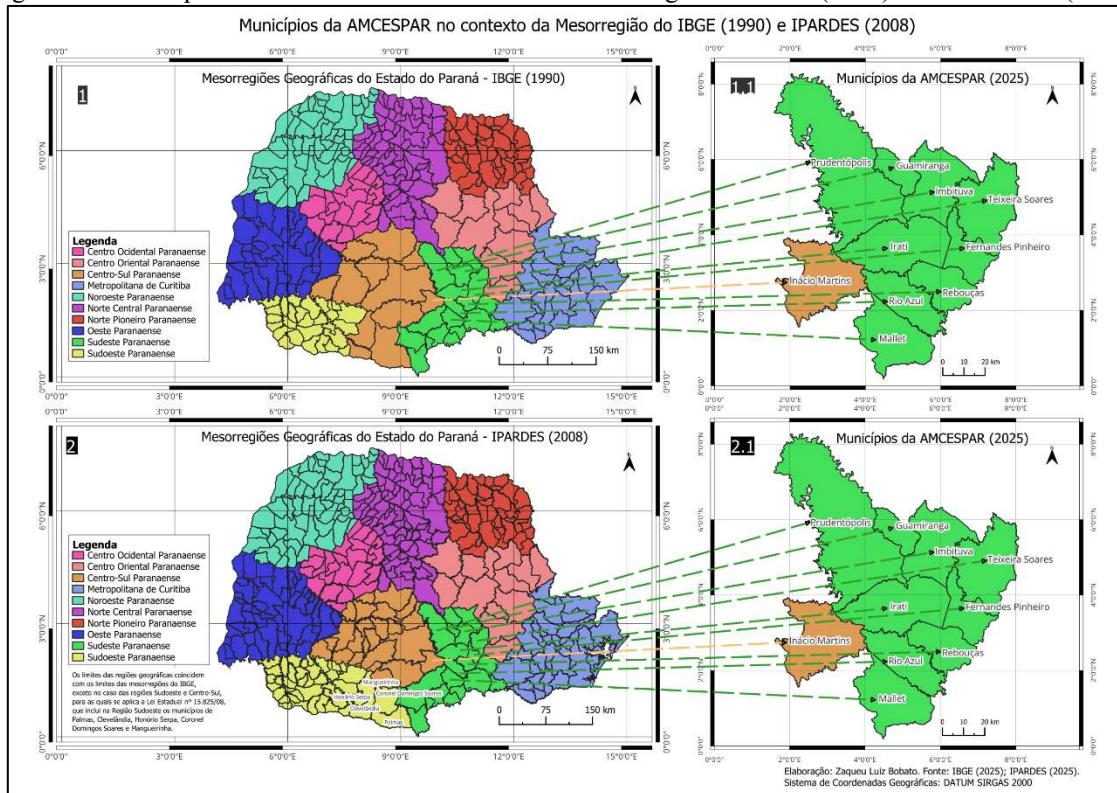
Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (Divisão do Brasil em Mesorregiões Geográficas, 1990) e IPARDES (Regiões Geográficas - Lei Estadual n.º 15.825/2008).

A Figura 7 compara a mesorregionalização do Paraná conforme o IBGE (painel 1) e o recorte de planejamento do IPARDES (painel 2). Visualmente, nota-se que o IPARDES preserva a estrutura das dez mesorregiões geográficas (Metropolitana de Curitiba, Norte Pioneiro, Norte Central, Noroeste, Centro Oriental, Centro Ocidental, Centro-Sul, Oeste, Sudoeste e Sudeste Paranaense) reinterpretando-as como “Regiões Geográficas do Paraná”. A exceção central está no setor sudoeste, onde os cinco municípios citados são deslocados da mesorregião Centro-Sul para o Sudoeste, alargando o recorte voltado à fronteira catarinense. A nota do próprio IPARDES esclarece que as “regiões geográficas” coincidem com as mesorregiões do IBGE de 1990, exceto para esses casos.

Para tornar mais visível a posição da AMCESPAR entre o “Centro-Sul” e o Sudeste Paranaense, a Figura 8 projeta os municípios consorciados sobre as duas malhas: a do IBGE (1990) e a do IPARDES (2008). Nos painéis à esquerda, observa-se o conjunto do Estado em cada uma das divisões; nos painéis à direita, apenas os dez municípios da AMCESPAR, destacados segundo seu enquadramento em cada malha.



Figura 08. Municípios da AMCESPAR no contexto da Mesorregião do IBGE (1990) e do IPARDES (2008).



Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (Divisão do Brasil em Mesorregiões Geográficas, 1990) e IPARDES (Regiões Geográficas - Lei Estadual n.º 15.825/2008).

A sobreposição da Figura 8 mostra que o território da AMCESPAR está inteiramente contido nas duas malhas, mas repartido entre duas unidades em cada uma:

- no IBGE (1990): nove municípios no Sudeste Paranaense e apenas Inácio Martins no Centro-Sul Paranaense;
- no IPARDES (2008): nove municípios na Região Sudeste Paranaense e apenas Inácio Martins na Região Centro-Sul.

Dessa leitura, destacam-se três pontos principais:

1. o recorte consorcial resulta da recomposição de partes de duas unidades oficiais (um município do Centro-Sul e nove do Sudeste);
2. a posição liminar entre Centro-Sul e Sudeste repete-se nas duas regionalizações (federal e estadual);
3. o conjunto de municípios da AMCESPAR funciona, portanto, como recorte transversal às divisões oficiais, configurando uma região político-identitária construída sob a denominação “Centro-Sul do Paraná”.

Do ponto de vista analítico, o “Centro-Sul” da AMCESPAR não é uma região homogênea, mas uma zona de transição entre diferentes trajetórias regionais. Essa condição híbrida, por outro lado,

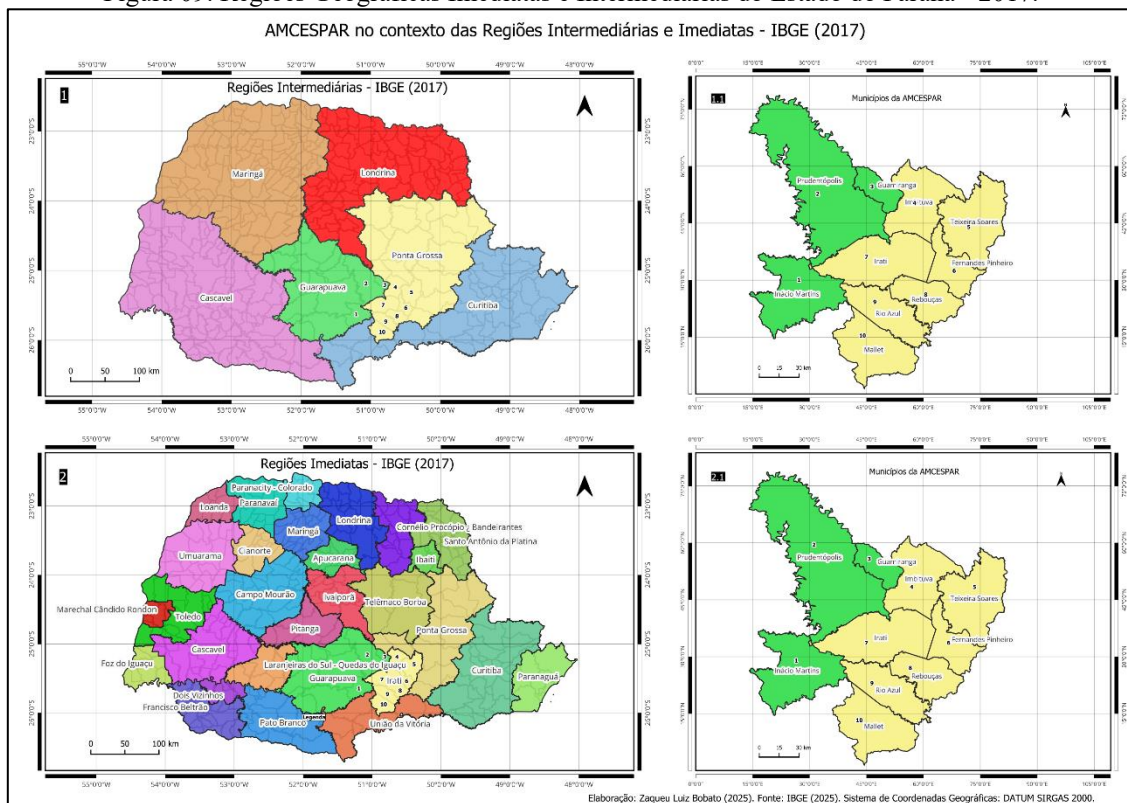


confere potencial político e simbólico: ao sintetizar sob um único nome um espaço que se estende entre o Centro-Sul e o Sudeste oficiais, a associação constrói uma espécie de microrregião política que busca visibilidade no interior das malhas já institucionalizadas.

4.6 REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS E INTERMEDIÁRIAS (2017)

A regionalização mais recente do IBGE, de 2017, introduz as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, decorrentes da atualização da pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC) e de estudos sobre rede urbana, mobilidade cotidiana e áreas de influência dos centros, deslocando o foco para a funcionalidade urbano-regional e para os fluxos de pessoas, bens e serviços (IBGE, 2017a; Contel, 2014).

Figura 09. Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Estado do Paraná - 2017.



Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, 2017).

A Figura 9 evidencia que a AMCESPAR não se inscreve em uma única unidade funcional. Na escala Intermediária, os municípios se repartem entre Ponta Grossa (Irati, Imbituva, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Rebouças, Rio Azul e Mallet) e Guarapuava (Prudentópolis, Guamiranga e Inácio Martins), confirmando a posição do consórcio como área de contato entre campos de influência distintos. Na escala Imediata, repete-se a transversalidade: sete municípios pertencem à Região Geográfica Imediata de Irati (Irati, Imbituva, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Rebouças, Rio Azul



e Mallet) e três à Região Geográfica Imediata de Guarapuava (Prudentópolis, Guamiranga e Inácio Martins).

Essa configuração permite sintetizar três pontos: (i) não há, na divisão de 2017, qualquer Região Imediata ou Intermediária denominada “Centro-Sul do Paraná”; (ii) o recorte consorcial atravessa unidades funcionais distintas, articulando municípios vinculados cotidianamente a Irati e a Guarapuava; (iii) na escala intermediária, a AMCESPAR distribui-se entre duas regiões (Ponta Grossa e Guarapuava), reforçando seu caráter de faixa de transição no interior do Centro-Leste paranaense. Em conjunto, os dados indicam que o “Centro-Sul do Paraná”, tal como enunciado pela AMCESPAR, opera como construção político-identitária que reinterpreta (sem reproduzir) as malhas oficiais mais recentes do IBGE.

5 REGIÃO VIVIDA, MÍDIA LOCAL E EQUÍVOCO DE LOCALIZAÇÃO

Esta seção analisa como diferentes atores locais mobilizam a expressão “Centro-Sul do Paraná”, com base no levantamento documental e midiático realizado. O corpus reunido em rádios, jornais, portais de notícias, sites oficiais das prefeituras e páginas de turismo na área de abrangência da AMCESPAR evidencia circulação ampla e recorrente do termo, que designa tanto a associação quanto, de modo mais difuso, um conjunto de municípios percebidos como portadores de “problemas e potencialidades em comum”. Em matérias sobre saúde, por exemplo, fala-se em “falta de médicos no Centro-Sul do Paraná”; em reportagens sobre infraestrutura ou educação, menciona-se “investimentos para o Centro-Sul” ou “reivindicações do Centro-Sul”, muitas vezes sem explicitação de quais municípios e/ou de qual recorte regional se trata. Para tornar esse conjunto de evidências empiricamente rastreável, os usos identificados foram organizados em dois quadros articulados. O Quadro 1 apresenta, para cada município consorciado, um exemplo documentado de emprego da expressão em diferentes tipos de fonte (sites de prefeituras, notícias da Agência Estadual de Notícias, portais turísticos como o Viaje Paraná, pesquisas técnico-científicas e reportagens nacionais). O Quadro 2 sintetiza atores institucionais e midiáticos sediados na região (com destaque para Irati, sede consorcial), evidenciando como a expressão “Centro-Sul do Paraná” se consolida como marca identitária no espaço público regional.

Quadro 1. Exemplos de usos institucionais e midiáticos da expressão “Centro-Sul do Paraná” nos municípios da AMCESPAR (um registro por município).

Município / região	Tipo de ator	Forma de uso da expressão “Centro-Sul do Paraná”	Fonte (referência detalhada)
Fernandes Pinheiro	Prefeitura / planejamento educacional	Plano Municipal de Educação situa o município na “Região Centro-Sul do Estado do Paraná” e registra a sigla AMCESPAR na lista de	FERNANDES PINHEIRO (Município). Lei nº 386, de 5 maio 2009. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME, e dá outras providências. Fernandes Pinheiro, PR: Câmara Municipal, 2009. Disponível em:



		siglas, incorporando a denominação regional ao diagnóstico.	https://www.fernandespinheiro.pr.leg.br/lcis/legislacao-municipal/leis-de-2009/leino-386-2009/view . Acesso em: 3 dez. 2025.
Guamiranga	Prefeitura / <i>site</i> institucional	Página institucional afirma que Guamiranga está localizada “na Região Centro-Sul do Paraná”, usando a denominação como caracterização geográfica e identitária do município.	GUAMIRANGA. Nossa cidade: história do município. Guamiranga: Prefeitura Municipal de Guamiranga, [s.d.]. Disponível em: http://www.guamiranga.pr.gov.br/index.php?sessao=e391b3801cnce3&id=1237 . Acesso em: 3 dez. 2025.
Imbituva	Governo estadual – habitação e desenvolvimento urbano	Agência Estadual de Notícias descreve Imbituva como município “no Centro-Sul do Paraná”, associando o termo à regularização fundiária e a investimentos urbanos.	PARANÁ. Governo do Estado. Governador regulariza moradia de 936 famílias em Imbituva e libera R\$ 15 milhões para a cidade. Agência Estadual de Notícias, Curitiba, 23 jun. 2022. Disponível em: https://www.parana.pr.gov.br/Audio/Governador-regulariza-moradia-de-936-familias-em-Imbituva-e-libera-R-15-milhoes-para-cidade . Acesso em: 3 dez. 2025.
Inácio Martins	Imprensa nacional – indicadores demográficos (G1)	Reportagem do G1 destaca vulnerabilidade social (expectativa de vida) e situa o município “no Centro-Sul do Estado”, vinculando a denominação a indicadores demográficos.	CALIXTO, C. Inácio Martins tem a expectativa de vida mais baixa do Paraná. G1 – Campos Gerais e Sul, 30 jul. 2013. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2013/07/inacio-martins-tem-expectativa-de-vida-mais-baixa-do-parana.html . Acesso em: 3 dez. 2025.
Irati	Pesquisa científica – órgão federal de pesquisa (Embrapa Florestas)	Publicação técnico-científica da Embrapa Florestas que caracteriza ambientalmente a paisagem do município de Irati e insere na “região Centro-Sul do Paraná”, empregando a expressão em um contexto de pesquisa geográfica e ambiental.	MAZZA, C. A. da S. et al. Caracterização ambiental dos componentes estruturais da paisagem do município de Irati, Paraná. Colombo: Embrapa Florestas, 2005. (Embrapa Florestas. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 25). Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/312758/caracterizacao-ambiental-dos-componentes-estruturais-da-paisagem-do-municipio-de-irati-parana . Acesso em: 3 dez. 2025.
Mallet	Mídia local – rádio	Matéria comemorativa da Rádio Clube de Mallet apresenta o município como “localizado na região Centro-Sul do Paraná”, reforçando a expressão como marca identitária local.	RÁDIO CLUBE DE MALLET. Mallet-PR celebra 113 anos de história! Mallet, 15 set. 2025. Disponível em: https://www.radioclubedemallet.com.br/news/view/29-mallet-pr-celebra-113-anos-de-historia . Acesso em: 3 dez. 2025.
Prudentópolis	Governo estadual – desenvolvimento sustentável e turismo	Notícia da Agência Estadual de Notícias sobre estudo para criação de geoparque apresenta Prudentópolis como localizada “na Região Centro-Sul do Paraná”,	PARANÁ. Governo do Estado. Paraná estuda criação de geoparque em Prudentópolis. Agência Estadual de Notícias, Curitiba, 14 jul. 2020. Disponível em: https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Parana-estuda-criacao-de-geoparque-na-



		em contexto de política ambiental e turística.	regiao-Centro-Sul . Acesso em: 3 dez. 2025.
Rebouças	Prefeitura / saúde pública – planejamento o territorial	Plano Municipal de Territorialização da Saúde define o município como pertencente à “Região Centro-Sul do Paraná” já na apresentação do território, articulando o termo ao diagnóstico e à APS.	REBOUÇAS. Secretaria Municipal de Saúde. Plano Municipal de Territorialização: Atenção Primária à Saúde – APS. Rebouças, 2024. Disponível em: https://reboucas.pr.gov.br/portal-da-transparencia/saude/protocolo-institucionais/1-plano-municipal-de-territorializacao-de-reboucas/ . Acesso em: 3 dez. 2025.
Rio Azul	Governo estadual – energia e apoio ao setor produtivo (Copel/AEN)	Notícia institucional da Copel (portal do Governo do Estado) localiza Rio Azul “na região Centro-Sul do Paraná” ao relatar investimentos em energia e atendimento a fumicultores.	PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. Copel amplia investimentos em Rio Azul e convida fumicultores à atualização cadastral. Curitiba, 15 jul. 2025. Disponível em: https://www.parana.pr.gov.br/Galeria-de-Imagens/Copel-amplia-investimentos-em-Rio-Azul-e-convida-fumicultores-atualizacao . Acesso em: 3 dez. 2025.
Teixeira Soares	Órgão de controle externo (Ministério Público de Contas do Paraná)	Matéria do MPC-PR situa Teixeira Soares “no Centro-Sul do Paraná” ao contextualizar ação de controle sobre concurso público municipal.	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. MPC-PR aponta para necessidade de concurso prever remuneração adequada a agentes fiscais de tributos de Teixeira Soares. Curitiba, 7 ago. 2025. Disponível em: https://www.mpc.pr.gov.br/index.php/mpc-pr-aponta-para-necessidade-de-concurso-prever-remuneracao-adequada-para-o-cargo-de-agente-tributario-do-municipio-de-teixeira-soares/?utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 3 dez. 2025.

Fonte: Elaboração própria com base nas referências listadas (2025).

Quadro 2. Atores institucionais e midiáticos regionais que reforçam a expressão “Centro-Sul do Paraná”.

Município	Tipo de ator	Forma de uso da expressão “Centro-Sul do Paraná”	Fonte (referência detalhada)
Irati (sede)	Academia de letras, artes e ciências (ALACS)	O site institucional apresenta a entidade com o nome “ALACS – Academia de Letras, Artes e Ciências do Centro-Sul do Paraná”, incorporando a expressão “Centro-Sul do Paraná” à própria denominação de uma instituição cultural dedicada à memória e às produções artísticas e científicas da região.	ALACS – ACADEMIA DE LETRAS, ARTES E CIÊNCIAS DO CENTRO-SUL DO PARANÁ. <i>ALACS – Academia de Letras, Artes e Ciências do Centro-Sul do Paraná</i> . Irati, [s.d.]. Disponível em: https://alacs.org.br . Acesso em: 3 dez. 2025.
Irati (sede)	Associação de municípios (AMCESPAR) – entidade intermunicipal	O texto “Histórico” define a “Associação dos Municípios da Região Centro-Sul do Estado do Paraná – AMCESPAR – Microrregião 17” como entidade voltada à integração administrativa, econômica e social dos municípios “compreendidos na região centro-sul do Estado do Paraná”, utilizando a expressão para caracterizar o recorte territorial da associação.	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO-SUL DO ESTADO DO PARANÁ (AMCESPAR). <i>Histórico</i> . Irati, [s.d.]. Disponível em: https://www.amcespar.com.br/historico . Acesso em: 3 dez. 2025.
Irati (sede)	Instância de Governança	A página “Nossa região”, da Agência de Desenvolvimento da Região	ADECSUL – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO



	Regional do Turismo – IGR Terra dos Pinheirais (ADECSUL)	Centro-Sul do Estado do Paraná (ADECSUL), apresenta a “região turística do Centro-Sul paranaense, a Terra dos Pinheirais”, formada por 11 municípios, e convida o leitor a “viver o Centro-Sul do Estado do Paraná”, reforçando a expressão regional no âmbito das políticas de turismo.	DA REGIÃO CENTRO-SUL DO ESTADO DO PARANÁ. <i>Nossa região</i> . Irati, 2025. Disponível em: https://www.adecsul.org.br/pagina/nossa-regiao . Acesso em: 3 dez. 2025.
Irati (sede)	Imprensa regional – jornal Folha de Irati	Na seção institucional do site, o jornal se apresenta como “jornal impresso semanal, há 51 anos fazendo uma cobertura ética, séria e responsável de Irati e toda a região Centro-Sul do Paraná”, incorporando explicitamente a expressão regional à identidade editorial do veículo.	FOLHA DE IRATI. <i>Início</i> . Irati, 2025. Disponível em: https://folhadeirati.com.br . Acesso em: 3 dez. 2025.
Irati (sede)	Imprensa regional – portal Hoje no Centro-Sul	O portal adota a denominação “Hoje no Centro-Sul – Irati-PR” no próprio nome e na logomarca, vinculando sua atuação jornalística a Irati e ao “Centro-Sul”, o que reforça a expressão regional como marca de cobertura noticiosa.	HOJE NO CENTRO-SUL – IRATI-PR. <i>Hoje no Centro-Sul</i> . Irati, 2025. Disponível em: https://hojecentrosul.com.br . Acesso em: 3 dez. 2025.
Imbituva (sede)	Mídia digital – Rádio Estilo FM 90,3	Publicação na página da Rádio Estilo FM 90,3 em rede social divulga o evento de artes marciais “III <i>Warrior of Fight</i> ”, em Ponta Grossa, e informa que a competição contará com atletas da “Região Centro-Sul” de Imbituva, Teixeira Soares e Ipiranga, empregando a expressão para caracterizar a procedência regional dos participantes.	RÁDIO ESTILO FM 90,3. III <i>Warrior of Fight</i> acontece neste sábado em Ponta Grossa vai contar com atletas da Região Centro-Sul de Imbituva, Teixeira Soares e Ipiranga. [S.l.], 8 abr. 2022. Publicação na página oficial da Rádio Estilo FM 90,3 no Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/estilofm903/posts/pfbid0Um7TaT83ezuobzy6MPTNWwg1x5jYuS49XN231SFN5Z3a1yapC9xgF1jPq8HNcPEl?rldid=BeIwncBisucqjTYO# . Acesso em: 3 dez. 2025.
Prudentópolis (sede)	Rádio regional – Rádio Copas Verdes FM	Na seção “Conheça Prudentópolis”, a Rádio Copas Verdes descreve o município como “situado na região Centro-Sul do Paraná”, empregando a expressão como referência geográfica básica em conteúdo institucional sobre a cidade.	RÁDIO COPAS VERDES. <i>Conheça Prudentópolis</i> . Prudentópolis, [s.d.]. Disponível em: https://www.copasverdesfm.com.br/prudentopolis/ . Acesso em: 3 dez. 2025.
Irati (sede)	Rádio regional – Rádio Najuá	Reportagem da Rádio Najuá com o título “Postos ficam sem combustíveis na região Centro-Sul” noticia desabastecimento de combustíveis em Rio Azul, Rebouças, Irati e Imbituva, tomando a “região Centro-Sul” como recorte territorial da cobertura jornalística.	RÁDIO NAJUÁ. <i>Postos ficam sem combustíveis na região Centro-Sul</i> . Irati, 25 fev. 2015. Disponível em: https://naju.com.br/noticia/postos-ficam-sem-combustiveis-na-regiao-centro-sul/ . Acesso em: 3 dez. 2025.
Irati (sede)	Rádio regional – Rádio Najuá	Matéria da Rádio Najuá sobre o mercado de trabalho regional traz a manchete “Região Centro-Sul termina 2021 com mais empregos gerados do que demitidos”,	RÁDIO NAJUÁ. <i>Região Centro-Sul termina 2021 com mais empregos gerados do que demitidos</i> . Irati, 2022. Disponível em:



		empregando a expressão para agregar estatísticas de emprego dos municípios da área de abrangência da emissora.	https://najua.com.br/noticia/regiao-centro-sul-termina-2021-com-mais-empregos-gerados-do-que-demissoes/ . Acesso em: 3 dez. 2025.
Rebouças	Rádio local – Rádio Alvorada FM 102,5	Cadastro da emissora em diretório de rádios na internet identifica a Rádio Alvorada 102,5 FM, de Rebouças, como pertencente à “Região: Centro-Sul Paranaense”, utilizando a expressão regional na caracterização institucional da rádio.	RÁDIO ALVORADA 102,5 FM. <i>Rádio Alvorada 102,5 FM – Rebouças/PR</i> . [S.l.], 2025. Cadastro de emissora no portal RadiosNet. Disponível em: https://www.radiosnet.com/ovivo/radio-alvorada-1025-fm/9192 . Acesso em: 3 dez. 2025.

Fonte: Elaboração própria com base nas referências listadas (2015-2025).

Como evidencia o Quadro 2, um elemento particularmente relevante é a concentração, em Irati, de instituições e veículos que se apresentam como representantes da “região Centro-Sul do Paraná”. Além de sediar a AMCESPAR, Irati abriga dois jornais de referência (a Folha de Irati, que se define como jornal que cobre “Irati e toda a região Centro-Sul do Paraná”, e o Hoje no Centro-Sul, que inscreve a identidade regional no próprio nome). Somam-se a isso instituições como a ALACS, a ADECSUL e iniciativas de promoção turística (como a “Terra dos Pinheirais”), que publicizam roteiros e atrativos “no Centro-Sul do Paraná”. Essa constelação de atores reforça a produção de uma região vivida e discursiva, ancorada na ideia de um “Centro-Sul” dotado de coesão histórica, cultural, econômica e turística, ainda que tal coesão não corresponda a um recorte único nas regionalizações oficiais.

Confrontada com as regionalizações discutidas nas seções anteriores e com a posição da AMCESPAR nas malhas do IBGE e do IPARDES, essa prática discursiva revela um equívoco de localização regional que não é apenas de nomenclatura. Ela ilustra o modo como a noção de região se desloca do plano analítico para o plano das práticas e representações sociais (Gomes, 2008), funcionando, nos termos de Haesbaert (2010), como “arte-fato” que condensa simultaneamente leitura acadêmica, arranjos institucionais e estratégias de visibilidade, inclusive sob a forma de um “marketing” das regiões. Ao mesmo tempo, o quadro confirma a observação de Cunha (2000) de que as noções de região enraizadas no cotidiano constituem formas de conhecimento não intelectual, dotadas de valor explicativo, que podem ser heurísticas para a pesquisa geográfica, desde que não sejam tomadas como evidências autoexplicativas, mas analisadas criticamente à luz das regionalizações oficiais e do debate teórico-conceitual.

Ao empregar “Centro-Sul do Paraná” como se se tratasse de uma macrorregião oficial, a mídia local, materiais de divulgação turística, documentos administrativos e, em certa medida, a própria associação: (i) apagam a complexidade das malhas regionais vigentes, que situam os municípios ora na mesorregião/região Centro-Sul Paranaense, ora na mesorregião/região Sudeste Paranaense (IBGE,



1990; IPARDES, 2019), e ora em diferentes regiões geográficas Imediatas e Intermediárias (IBGE, 2017a); (ii) naturalizam a ideia de um “Centro-Sul” coeso e amplamente reconhecido, conferindo-lhe uma aura de evidência cartográfica que não encontra respaldo nas divisões formais; e (iii) produzem, pela repetição, uma região político-identitária que tende a ser incorporada ao senso comum como se fosse realidade dada.

Do ponto de vista analítico, o quadro descrito guarda afinidades e diferenças em relação ao problema discutido por Fajardo (2013). Enquanto esse autor examina situações em que recortes oficiais já instituídos (como mesorregiões, regiões de planejamento e regiões metropolitanas) são atribuídos equivocadamente a determinados municípios ou empregados como sinônimos vagos em documentos e notícias, o caso da AMCESPAR envolve a naturalização de uma denominação regional que nunca foi consagrada como unidade oficial. Em ambos os casos, porém, a consequência é semelhante: produzem-se representações simplificadas do território, capazes de orientar diagnósticos, comparações estatísticas e políticas públicas sem que os pressupostos espaciais dos recortes sejam explicitados.

Por outro lado, reconhecer a AMCESPAR como região vivida e performada, resultado de uma prática associativa concreta, que produz pertencimento e articula demandas, permite relativizar o equívoco sem deslegitimar a experiência local. O problema não está na existência do “Centro-Sul” enunciado pelos municípios consorciados e apropriado por jornais, entidades culturais e iniciativas turísticas, mas em ignorar que ele não coincide com as regiões oficiais e, portanto, exige um trabalho analítico que explicita as diferenças entre esses planos. Retomando Cunha (2000), cabe à análise geográfica articular conhecimento intelectual e não intelectual: confrontar as noções regionais do cotidiano com os instrumentos conceituais e cartográficos da disciplina, sem dissolver a experiência vivida, mas também sem convertê-la em recorte “natural” ou autoevidente. É justamente essa distinção entre região analítica, região oficial e região político-identitária vivida que a discussão aqui apresentada busca evidenciar, abrindo espaço para investigações futuras sobre como essas camadas regionais são apropriadas, tensionadas ou reconfiguradas por diferentes atores e instituições no debate público regional.

6 ORIENTAÇÕES PARA A LOCALIZAÇÃO REGIONAL DOS MUNICÍPIOS DA AMCESPAR

A análise desenvolvida nas seções anteriores evidenciou a multiplicidade de recortes regionais nos quais os municípios da AMCESPAR se inscrevem. Para o leitor que se depara com esse quadro, seja como pesquisador, técnico de prefeitura, profissional de empresa ou morador interessado em situar seu município no mapa, a variedade de denominações pode gerar dúvidas práticas: afinal, como apresentar corretamente a localização dos municípios da AMCESPAR em um trabalho acadêmico, em



um relatório técnico ou mesmo em uma fala pública? Se não forem explicitadas, as próprias regionalizações mobilizadas podem reforçar a confusão que o artigo busca problematizar.

Nesta seção, propõe-se explicitar orientações de uso das regionalizações, tomando como referência quatro camadas operacionais: (i) a denominação político-identitária “Centro-Sul do Paraná”, construída pela AMCESPAR e difundida por atores locais; (ii) a Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (IBGE, 1990), ainda recorrente em séries históricas e em parte da literatura; (iii) a Divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (IBGE, 2017a), base das estatísticas recentes; e (iv) a regionalização estadual do IPARDES, consolidada pela Lei Estadual n.º 15.825/2008 e atualizada em 2019, utilizada para fins de planejamento (IPARDES, 2019). Cada camada atende a objetivos distintos e deve ser mobilizada com clareza, conforme o contexto.

1. Camada político-identitária: o “Centro-Sul do Paraná” da AMCESPAR. Esta camada corresponde à denominação “Centro-Sul do Paraná”, tal como apropriada pela AMCESPAR e por atores midiáticos e institucionais analisados na Seção 5. Trata-se de uma região vivida e performada, que articula pertencimentos e identidades locais, mas não coincide com unidades oficiais do IBGE ou do IPARDES. Seu uso é pertinente quando se deseja enfatizar a inserção em uma região associativa, com problemas, demandas e narrativas comuns, por exemplo, ao falar em “municípios da AMCESPAR” ou em “região Centro-Sul do Paraná na perspectiva da associação”. No entanto, é crucial que, ao utilizar essa expressão, se deixe claro que se trata de uma construção político-identitária, e não de uma macrorregião oficial.
2. Camada oficial - IBGE 1990 (Mesorregiões e Microrregiões Geográficas). Esta divisão é especialmente útil quando se trabalha com séries históricas, estatísticas produzidas com base na malha de 1990 ou literatura técnica que ainda adota Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. As correspondências municipais, por Mesorregião e Microrregião, estão sistematizadas no Quadro 3. Importa notar que, em 1990, Guamiranga e Fernandes Pinheiro ainda não eram municípios emancipados; suas áreas integravam, respectivamente, os municípios de Imbituva e Teixeira Soares, ambos situados na Mesorregião Geográfica Sudeste Paranaense e na Microrregião de Prudentópolis (IBGE, 1990).
3. Camada oficial - IBGE 2017 (Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias). Esta é a regionalização atualmente utilizada pelo IBGE, substituindo as Mesorregiões e Microrregiões Geográficas como base para a divulgação de estatísticas recentes e para análises da rede urbana. A distribuição dos municípios da AMCESPAR por Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias também é apresentada no Quadro 3, devendo ser priorizada em pesquisas que dialogam com estatísticas atuais e com a organização funcional da rede urbana (IBGE, 2017a).
4. Camada oficial - IPARDES (Regiões Geográficas do Paraná).



A regionalização do IPARDES, definida pela Lei Estadual n.º 15.825/2008 e atualizada em 2019, organiza o Paraná em Regiões Geográficas para fins de planejamento estadual (IPARDES, 2019). Nessa malha, a AMCESPAR se situa majoritariamente na região Sudeste paranaense, com exceção de Inácio Martins, inserido na região Centro-Sul paranaense, sendo relevante notar que o IPARDES trabalha com o quadro municipal atualizado, incluindo Guamiranga e Fernandes Pinheiro como municípios autônomos. O Quadro 3 sintetiza essas correspondências, permitindo visualizar, para cada município, como ele pode ser posicionado de acordo com as diferentes malhas oficiais e a denominação político-identitária.

Quadro 3. Posicionamento regional dos municípios da AMCESPAR em diferentes recortes oficiais e político-identitários.

Município	Denominação político-identitária (AMCESPAR)	IBGE 1990 – Mesorregião Geográfica	IBGE 1990 – Microrregião Geográfica	IBGE 2017 – Região Geográfica Imediata	IBGE 2017 – Região Geográfica Intermediária	IPARDES 2008/2019 – Região Geográfica do Paraná
Irati	“Centro-Sul do Paraná” (AMCESPAR)	Sudeste Paranaense	Irati	Irati	Ponta Grossa	Sudeste Paranaense
Imbituva	“Centro-Sul do Paraná” (AMCESPAR)	Sudeste Paranaense	Prudentópolis	Irati	Ponta Grossa	Sudeste Paranaense
Inácio Martins	“Centro-Sul do Paraná” (AMCESPAR)	Centro-Sul Paranaense	Guarapuava	Guarapuava	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense
Prudentópolis	“Centro-Sul do Paraná” (AMCESPAR)	Sudeste Paranaense	Prudentópolis	Guarapuava	Guarapuava	Sudeste Paranaense
Guamiranga	“Centro-Sul do Paraná” (AMCESPAR)	Sudeste Paranaense*	Prudentópolis*	Guarapuava	Guarapuava	Sudeste Paranaense
Teixeira Soares	“Centro-Sul do Paraná” (AMCESPAR)	Sudeste Paranaense	Prudentópolis	Irati	Ponta Grossa	Sudeste Paranaense
Fernandes Pinheiro	“Centro-Sul do Paraná” (AMCESPAR)	Sudeste Paranaense*	Prudentópolis*	Irati	Ponta Grossa	Sudeste Paranaense
Rebouças	“Centro-Sul do Paraná” (AMCESPAR)	Sudeste Paranaense	Irati	Irati	Ponta Grossa	Sudeste Paranaense
Rio Azul	“Centro-Sul do Paraná” (AMCESPAR)	Sudeste Paranaense	Irati	Irati	Ponta Grossa	Sudeste Paranaense
Mallet	“Centro-Sul do Paraná” (AMCESPAR)	Sudeste Paranaense	Irati	Irati	Ponta Grossa	Sudeste Paranaense

Fonte: Elaboração própria (2025).

Diante desse quadro, algumas orientações gerais podem auxiliar na redação de trabalhos acadêmicos, relatórios técnicos, documentos de planejamento ou comunicações públicas:

1. Indique sempre qual regionalização está sendo utilizada. Em vez de afirmar genericamente que “Imbituva está localizada no Centro-Sul do Paraná”, recomenda-se explicitar o recorte oficial mobilizado. Por exemplo:

“O município de Imbituva localiza-se na Mesorregião Geográfica Sudeste Paranaense e na Microrregião Geográfica de Prudentópolis (IBGE, 1990), integrando, na regionalização mais recente,



a Região Geográfica Imediata de Irati e a Região Geográfica Intermediária de Ponta Grossa (IBGE, 2017a).”

2. Distinga região oficial e denominação político-identitária. Quando se optar por utilizar a expressão “Centro-Sul do Paraná”, qualifique-a: “Ímbituva integra a Associação dos Municípios Centro-Sul do Paraná (AMCESPAR), denominação político-identitária frequentemente mobilizada como ‘Centro-Sul do Paraná’.” Essa distinção evita que a expressão seja confundida com a Mesorregião Centro-Sul Paranaense do IBGE (1990).

3. Priorize, na atualidade, as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (IBGE, 2017a), sobretudo em pesquisas que dialogam com estatísticas recentes e análises da rede urbana. Quando necessário, complemente com a malha de 1990 para comparabilidade histórica ou diálogo com literatura que utilize esse recorte.

4. Utilize o IPARDES em contextos de planejamento estadual. Em projetos e diagnósticos vinculados a políticas do Governo do Paraná, é adequado referir-se às regiões definidas pelo IPARDES, citando a fonte (IPARDES, 2019).

5. Use “Centro-Sul do Paraná” com consciência de seu caráter construído. Em contextos identitários e associativos, o termo possui eficácia retórica e é um fato social consolidado. O equívoco ocorre quando é empregado como sinônimo direto e não problematizado de região oficial. Recomenda-se, portanto, que seu uso venha acompanhado de qualificação mínima, por exemplo: “...na região conhecida como ‘Centro-Sul do Paraná’, denominação associativa cujos municípios se distribuem, na divisão oficial do IBGE, entre diferentes regiões geográficas Imediatas e Intermediárias”.

A análise conduzida levanta uma questão de fundo: considerando o desencontro persistente e as confusões que gera, não seria oportuno que a própria AMCESPAR qualificasse institucionalmente a denominação “Centro-Sul do Paraná”? Dois caminhos se apresentam. O primeiro, mais pragmático, é o da explicitação: a associação poderia, em sua comunicação oficial, adotar descrição clara como “Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná-AMCESPAR, consórcio intermunicipal que reúne municípios das Regiões Geográficas Imediatas de Irati e Guarapuava”, ancorando a identidade política na malha funcional vigente. O segundo caminho, mais ousado, seria o da reinvenção onomástica: buscar denominação que capture a essência geográfica, histórica ou cultural do conjunto, reduzindo a ambiguidade locacional. Nomes baseados em identidades já em circulação (como “Terra dos Pinheirais”) ou em referências físicas e histórico-culturais poderiam oferecer alternativa mais precisa.

Não se trata de deslegitimar a sedimentação social do termo, mas de reconhecer que sua manutenção acrítica tende a perpetuar o equívoco de localização regional. O principal aporte desta seção é fornecer elementos para que a associação e os atores regionais realizem reflexão estratégica



sobre o nome que mobilizam, convertendo uma fonte de ambiguidade em instrumento de afirmação territorial mais preciso.

Em síntese, a questão central não é declarar “certo” ou “errado” o uso de “Centro-Sul do Paraná”, mas promover um uso informado e preciso das regionalizações em circulação. Ao oferecer o Quadro 3 e estas orientações, busca-se equipar o leitor (acadêmico, técnico ou cidadão) para situar os municípios da AMCESPAR com rigor, sem apagar a força da região vivida que lhes dá sentido coletivo. Dessa forma, espera-se que o artigo não apenas evidencie o desencontro entre regiões oficiais e regiões político-identitárias, mas também forneça instrumentos para navegar por esse emaranhado de forma crítica e produtiva, inclusive abrindo espaço para repensar, no futuro, os próprios termos dessa identidade regional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido neste artigo permitiu evidenciar que a denominação “Centro-Sul do Paraná”, apropriada pela AMCESPAR e amplamente difundida por atores midiáticos e institucionais locais, constitui um artefato político-territorial distinto das regionalizações oficiais produzidas pelo IBGE e pelo IPARDES. A análise cartográfica comparativa demonstrou que, entre 1942 e 2017, o território hoje consorciado foi sucessivamente inscrito em diferentes divisões regionais (das Zonas Fisiográficas às Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias) sem jamais receber, como unidade coesa, o rótulo “Centro-Sul do Paraná”. A expressão que nomeia a associação e estrutura parte do imaginário regional não deriva, portanto, de uma simples transposição da gramática estatal, mas emerge de um processo histórico de invenção político-identitária, ancorado na cooperação intermunicipal e na construção discursiva de uma região vivida.

Os mapas comparativos revelaram ainda que o território da AMCESPAR é intrinsecamente transversal às malhas oficiais. Na divisão de 1990, nove municípios situam-se na Mesorregião Sudeste Paranaense e apenas Inácio Martins integra a Mesorregião Centro-Sul. Na regionalização mais recente (2017), os municípios consorciados se distribuem entre as Regiões Geográficas Imediatas de Irati e Guarapuava e as Intermediárias de Ponta Grossa e Guarapuava. Essa configuração não representa uma mera incongruência cartográfica, mas explicita a condição de “entre-lugar” regional de uma área que costura fragmentos de diferentes recortes oficiais, articulando-se como uma faixa de transição entre campos de influência urbana e planejamento. Sob a lente teórica adotada, o “Centro-Sul” da AMCESPAR materializa-se como um “arte-fato” territorial no sentido proposto por Haesbaert (2010), no qual se entrelaçam a análise geográfica, os dispositivos institucionais e as práticas sociais de pertencimento.

Paralelamente, o levantamento documental e midiático atestou a densa circulação social da expressão “Centro-Sul do Paraná” no cotidiano regional. De planos municipais a reportagens, de



páginas turísticas a documentos setoriais, o termo é empregado para localizar, descrever problemas, celebrar conquistas e demandar políticas públicas. Em Irati, especialmente, institucionaliza-se como marca identitária, incorporada ao nome de entidades culturais, agências de desenvolvimento e veículos de imprensa. Essa recorrência não pode ser desconsiderada como mero equívoco; ela conforma uma região vivida, performada e dotada de eficácia social, que mobiliza afetos, orienta ações e produz efeitos tangíveis na gestão do território. Como advertiu Cunha (2000), tais noções regionais, ainda que não coincidentes com os recortes oficiais, carregam um valor explicativo e uma legitimidade que a geografia acadêmica deve levar a sério, confrontando-as criticamente, mas sem dissolvê-las.

A tensão identificada entre os mapas oficiais e os mapas vividos, e a conseqüente naturalização de uma denominação que não encontra correspondência cartográfica unívoca, constitui o cerne do equívoco de localização regional discutido. Quando utilizado como sinônimo direto de uma macrorregião oficial, sem a necessária mediação conceitual, o termo “Centro-Sul do Paraná” tende a apagar a multirregionalidade efetiva da área e a sustentar leituras simplificadas do território, com potenciais repercussões na agregação de dados, na elaboração de diagnósticos e no desenho de políticas públicas. No entanto, a resposta a esse equívoco não reside numa simples correção normativa, mas na explicitação das camadas de sentido que se sobrepõem na produção social das regiões. Distinguir, como propuseram Gomes (2008) e Corrêa (2000), entre região como categoria analítica, como recorte institucional e como categoria de prática, permite reconhecer a legitimidade da experiência local sem confundi-la com os instrumentos oficiais de planejamento.

Desse reconhecimento derivam implicações concretas para diferentes atores regionais. Para educadores e estudantes de geografia, a análise aqui apresentada oferece um material fértil para problematizar, em sala de aula, os processos de construção, disputa e nomeação das regiões, contrastando a gramática oficial com as geografias vividas. Para gestores públicos e técnicos municipais, as orientações sistematizadas sugerem a adoção de práticas de escrita mais precisas, que explicitem os recortes regionais em uso, qualifiquem as denominações político-identitárias e articulem as demandas locais às escalas oficiais de planejamento. Para a própria AMCESPAR e para os agentes que constroem cotidianamente a identidade regional, os achados desta pesquisa podem inspirar uma reflexão estratégica sobre a comunicação territorial, seja através da explicitação, em seus documentos, da natureza associativa do “Centro-Sul”, seja mediante a abertura de um debate regional mais amplo sobre os nomes que melhor expressam as histórias, paisagens e projetos comuns desse território.

Para a população que habita os dez municípios consorciados, desnaturalizar o nome de sua região pode fomentar uma consciência geográfica mais crítica e participativa. Compreender que o “Centro-Sul do Paraná” não é um dado cartográfico, mas uma construção histórica e política, pode fortalecer, e não enfraquecer, o sentimento de pertencimento, transformando-o em base para uma atuação mais informada e propositiva no debate público sobre o futuro regional.



Por fim, reconhece-se que este estudo, ao privilegiar a análise documental, cartográfica e discursiva, deixou em aberto outras dimensões importantes, como a escuta direta dos significados atribuídos ao “Centro-Sul” por moradores e gestores, ou o exame detalhado de como a denominação opera em políticas setoriais específicas. Tais limites sinalizam caminhos para investigações futuras, que poderão aprofundar a compreensão das dinâmicas regionais no Paraná. O caso da AMCESPAR, longe de esgotar o debate, ilustra de modo eloquente que a região permanece um campo aberto de invenção, disputa e negociação, onde se encontram e, por vezes, se tensionam, o oficial e o vivido, o instituído e o instituinte, o mapa e o território. Contribuir para que essa tensão seja reconhecida e mobilizada de forma criativa e reflexiva constitui, no fundo, a ambição última deste trabalho.



REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CENTRO-SUL DO ESTADO DO PARANÁ (AMCESPAR). **Estatuto da Associação dos Municípios Centro-Sul do Estado do Paraná – AMCESPAR**. Irati: AMCESPAR, 1983.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CENTRO-SUL DO ESTADO DO PARANÁ (AMCESPAR). **Histórico**. Irati: AMCESPAR, 2025a. Disponível em: <https://www.amcespar.org.br/historico>. Acesso em: 2 dez. 2025.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CENTRO-SUL DO ESTADO DO PARANÁ (AMCESPAR). **Objetivos**. Irati: AMCESPAR, 2025b. Disponível em: <https://www.amcespar.org.br/objetivos>. Acesso em: 2 dez. 2025.
- CONTEL, Fabio Betioli. **As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)**. *Terra Brasilis (Nova Série)*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 10-21, 2014. DOI: 10.4000/terrabrasilis.990. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>. Acesso em: 2 dez. 2025.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. (Obra original publicada em 1986 pela Editora Ática).
- CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Conceito de região. **Revista de História Regional**, v. 5, n. 2, p. 39–56, inverno 2000. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2107/1588>. Acesso em: 9 maio 2025.
- FABIANE, Darlan. As regionalizações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a hierarquia das cidades da Região Sul do Brasil. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 40, p. 46-65, 2022. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/4497>. Acesso em: 2 dez. 2025.
- FAJARDO, Sergio. EQUÍVOCOS NOS USOS DA DIVISÃO REGIONAL OFICIAL NO ESTADO DO PARANÁ. **Revista Geografar**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 86–99, 2013. DOI: 10.5380/geografar.v8i1.29382. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/29382>. Acesso em: 6 dez. 2025.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 49-75. (Obra original publicada em 1995 pela Editora Bertrand Brasil).
- GUERRA, Amanda Estela. **Breve histórico da configuração político-administrativa brasileira**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Evolução da divisão territorial do Brasil: 1872–2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 11-14. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_1872_2010/breve_historico_da_configuracao_politico_administrativa_brasileira.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Zonas Fisiográficas 1942: divisão regional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=24863>. Acesso em: 29 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Zonas Fisiográficas 1960: divisão regional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=24862>. Acesso em: 29 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em microrregiões homogêneas: 1968**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=24861>. Acesso em: 29 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em mesorregiões homogêneas: 1976**. Rio de Janeiro: IBGE, 1976. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=24860>. Acesso em: 29 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas: 1990**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=22269&view=detalhes>. Acesso em: 2 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisões regionais do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 2 dez. 2025.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Regiões geográficas (Lei Estadual nº 15.825/08): Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2019. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Regi%C3%B5es%20Geogr%C3%A1ficas%20%28Lei%20Estadual%2015.pdf. Acesso em: 29 nov. 2025.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2009. (Obra original publicada em 1999 pela Edusp).

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2022. 5ª edição, republicada. (Obra original publicada em 1988 pela Editora Hucitec).

PARANÁ. **Lei nº 15.825, de 28 de abril de 2008**. Inclui os Municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Manguaerinha na Região Sudoeste do Estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do Estado do Paraná. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 29 abr. 2008. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-15825-2008-parana>. Acesso em: 2 dez. 2025.



QGIS.org. **QGIS Geographic Information System**. [S.l.]: QGIS Association, 2025. Disponível em: <https://www.qgis.org>. Acesso em: 2 dez. 2025.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **Delgado de Carvalho e a orientação moderna no ensino da geografia escolar brasileira**. *Terra Brasilis (Nova Série)*, Rio de Janeiro, n. 1, 2000. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/293>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Princípios de geografia humana**. Tradução, prefácio e notas de Alfredo Fernandes Martins. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954. (Obra original publicada em 1921).

